

Projeto de Lei nº 42, de 2022

Iniciativa: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Ementa:

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a interrupção das operações e dá outras providências.

Assunto: Administração Pública - Serviços Públicos

Data de Leitura: 02/02/2022

Em tramitação

Decisão: -

Último local: 20/04/2023 - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Destino: -

Último estado: 15/09/2025 - MATÉRIA COM A RELATORIA

Relatoria atual: Relator: Senador Otto Alencar

Despacho:

19/04/2023

Leitura da Matéria

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CI) Comissão de Serviços de Infraestrutura

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CI - (Comissão de Serviços de Infraestrutura)

Relator(es):

Senador Wellington Fagundes (encerrado em 20/06/2024 - Alteração na composição da comissão)

Senador Chico Rodrigues (encerrado em 26/02/2025 - Alteração na composição da comissão)

Senadora Margareth Buzetti (encerrado em 24/04/2025 - Redistribuição)

Senador Otto Alencar

Senador Veneziano Vital do Rêgo (Relator Ad hoc) (encerrado em 26/11/2024 - Retorno do titular)

TRAMITAÇÃO

15/09/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Otto Alencar, para emitir relatório.

24/04/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pela Senadora Margareth Buzetti, para redistribuição.

03/04/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído à Senadora Margareth Buzetti, para emitir relatório.

26/02/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Chico Rodrigues, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

09/12/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao relator, para reexame.

06/12/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 36ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, agendada para o dia 10/12/2024.

03/12/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame.

02/12/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 33ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, agendada para o dia 03/12/2024.

26/11/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Reunida a Comissão nessa data, é lido o relatório e concedida vista coletiva.

21/11/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 32ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, agendada para o dia 26/11/2024.

11/11/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, nesta data, relatório do Senador Chico Rodrigues pela aprovação do PL nº 42/2022, na forma do substitutivo que apresenta.

08/08/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Chico Rodrigues, para emitir relatório.

TRAMITAÇÃO

20/06/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Wellington Fagundes, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

01/06/2023 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Wellington Fagundes, para emitir relatório.

02/05/2023 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

20/04/2023 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ação: Recebido na Comissão nessa data.

Prazo para apresentação de emendas a projeto terminativo em comissão (art. 122, II, c, do RISF): primeiro dia - 24/04/2023; último dia - 28/04/2023. Perante a CI.

20/04/2023 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 24/04/2023 a 28/04/2023. Perante a CI.

19/04/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CI, posteriormente à CCJ, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão de despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 135 - DSF nº 58

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

02/02/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 02/02/2022.

Publicado no DSF Páginas 250-254 - DSF nº 1

DOCUMENTOS

PL 42/2022

Data: 02/02/2022

Autor: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a interrupção das operações e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 02/02/2022

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 02/02/2022.

Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 11/11/2024

Autor: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)

Local: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ação Legislativa: Recebido, nesta data, relatório do Senador Chico Rodrigues pela aprovação do PL nº 42/2022, na forma do substitutivo que apresenta.

Descrição/Ementa: Relatório apresentado ao PL 42/2022, que veda a suspensão de serviços públicos em regime de concessão sem prévio aviso.